

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras consolidadas do MUNICÍPIO DA NAZARÉ, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 58.725.946 euros e um total de fundos próprios de 1.933.203 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.692.684 euros), a Demonstração Consolidada dos resultados do exercício findo naquela data, o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo da autarquia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

ÂMBITO

3. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 5.1 a 5.3, 5.5 e 5.7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a verificação numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
4. Devido às limitações descritas nos parágrafos nº.s 5.1 a 5.3, 5.5 e 5.7 abaixo, entendemos que não dispomos de uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

- 5.1 Relativamente à rubrica Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas, o Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro previa a realização de inventário dos ativos e respetiva avaliação, os quais deveriam estar concluídos até 1 de Janeiro de 2002. O Município prosseguiu no exercício o processo de inventariação dos bens imóveis, o qual não se encontra concluído. Não obstante terem sido efetuados procedimentos alternativos, em face da situação exposta e considerando que se mantém em curso o referido processo de inventariação, não nos é possível emitir opinião sobre a extensão das rubricas Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Público.
- 5.2 Os Bens de Domínio Público e as Imobilizações Corpóreas incluem elementos inventariados no ano nos montantes de 372.774 euros e 3.736.755 euros, respetivamente, relativos a anos anteriores. Não nos foi disponibilizada documentação de suporte, que nos permita validar a correta valorimetria dos mesmos.
- 5.3 A rubrica Imobilizações Corpóreas em curso inclui ainda bens no montante de cerca de 700.000 euros, que já se encontram concluídas, faltando a sua transferência para Imobilizações Corpóreas e as correspondentes amortizações. Não dispomos de elementos que nos permitam quantificar os feitos dos resultados das amortizações não registadas.
- 5.4 A rubrica clientes inclui saldos no montante de 616.169 euros, que pela sua antiguidade e natureza não se afiguram recuperáveis, pelo que em nossa opinião, existe uma insuficiência de provisões de igual montante.
- 5.5 No âmbito do processo de regularização da contabilidade, o Município está a proceder a conferências/reconciliações dos saldos de terceiros (clientes, depósitos à ordem, empréstimos bancários, fornecedores, outros devedores) e proveitos diferidos conjuntamente com a elaboração de reconciliações bancárias. Dado que as referidas conferências ainda estão em curso e não obstante os procedimentos efetuados, não nos é possível emitir opinião sobre as referidas rubricas.
- 5.6 As rubricas de fornecedores e fornecedores de imobilizado em receção e conferência, nos montantes de 7.704.251 euros e 655.693 euros, respetivamente, não têm tradução orçamental. Esta situação contraria os princípios e regras que norteiam a realização de despesa previstos no POCAI.
- 5.7 Os valores relativos ao exercício de 2012, são apresentadas para efeitos comparativos, em cumprimento do POCAI e as respetivas demonstrações financeiras foram por nós revistas, tendo sido emitida a Certificação Legal das Contas com data de 28 de junho de 2013, a qual continha uma escusa de opinião, pelo que não expressamos qualquer opinião sobre os saldos comparativos e respetivos saldos de abertura.

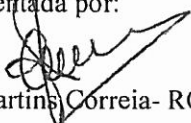
OPINIÃO

6. Dada a relevância e significado das situações descritas nos parágrafos 5.1 a 5.7 acima, não estamos em condições de expressar, e não expressamos uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

Linda-a-Pastora, 25 de junho de 2015

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



José Martins Correia- ROC



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE Nº 507 012 100

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS- SROC

Rua do Visconde Moreira de Rey, 14

Linda-a-Pastora

2790-447 Queijas

DECLARAÇÃO ORGÃO DE GESTÃO

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras consolidadas do *MUNICÍPIO DA NAZARÉ*, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, conducente à respetiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do município, o resultado das operações e a execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

Assim, e depois das indagações que considerámos adequadas junto dos responsáveis com um papel importante na organização, confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

- Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante.

Confirmamos ainda o seguinte:

Reconhecemos que somos responsáveis pela conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno para prevenir, detetar e corrigir erros ou fraudes.

Não existem situações conhecidas de fraude ou suspeitas de fraude que possam afetar o município e as entidades incluídas na consolidação envolvendo:

- O Órgão executivo;
 - Os chefes de divisão do Município;
 - Os administradores;
 - Os colaboradores com um papel relevante no sistema de controlo interno;
 - Outros em que a fraude possa ter um efeito material nas demonstrações financeiras
- Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
 - Não estão registados todos os ativos de que o município é titular por não estar concluído o processo de inventariação e valorização dos mesmos. Relativamente aos ativos registados

1



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE Nº 507 012 100

de que o município e as entidades incluídas na consolidação são titulares não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos.

- Em 2013, inventariámos bens de anos anteriores, no montante de cerca de 4.110.000 euros. Dada a antiguidade dos elementos não nos foi possível disponibilizar uma lista das faturas que originaram a ficha de inventário.
- As imobilizações corpóreas em curso encontram-se concluídas. Iremos proceder à sua regularização em 2015.
- Não dispomos de informação sobre os saldos de clientes do município e dos serviços municipalizados nomeadamente sobre a sua composição por entidade nem sobre a sua antiguidade. No entanto, relativamente aos saldos de clientes do município no montante de 616.169 euros, e dado que respeitam ao ano de 2007, a sua probabilidade de recuperação é reduzida. Quanto aos restantes não dispomos de informação.

Não nos foi possível concluir as reconciliações bancárias relativas a 31 de dezembro de 2013 nem a 31 de dezembro de 2014 do município, existindo inúmeros movimentos por identificar. Os movimentos em aberto correspondem a faturas e pagamentos por registar, em montante que não nos é possível quantificar.

- Durante o exercício anterior, e na sequência do processo de regularização da contabilidade em curso do município, iniciámos um processo de conferência das contas de terceiros, o qual ainda não está concluído, razão pela qual não foi possível efetuar as reconciliações de todas as respostas divergentes obtidas da circularização. Dado que as reconciliações de bancos e as de fornecedores, estão relacionadas e ainda estão longe da sua conclusão, não nos é possível identificar / quantificar os eventuais efeitos das regularizações por efetuar.
- Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros do órgão executivo, assim como todas as garantias prestadas a terceiros, exceto quanto aos efeitos das regularizações a efetuar no âmbito das conferências em curso.
- Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
- Não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas do Anexo.
- O município e as entidades incluídas na consolidação cumpriram as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
-
- Não nos foi possível disponibilizar qualquer informação relativa à rubrica Outros devedores, no montante de 3.564.310 euros, relativa a subsídios, nomeadamente composição por candidatura, pedidos de pagamento, natureza do saldo, antiguidade.

2
avilidm



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE Nº 507 012 100

- Os empréstimos bancários do município apresentam diferenças face à informação fornecida pela respetivas instituições de crédito. Não nos foi possível reconciliar as diferenças existentes.
- Não dispomos da composição do saldo de caixa do município em 31 de dezembro de 2014.
- A contribuição do Município da Nazaré para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, nos termos da Lei 53/2014, foi fixada em 578.742,78 euros. Em 2014, não efetuámos a respetiva contabilização, a qual será apenas efetuada no exercício de 2015.
- Os nossos únicos advogados são internos. Não temos conhecimento da existência de quaisquer outros litígios para além dos referidos em email que vos foi enviado. Os processos judiciais existentes prendem-se exclusivamente com processos de dívidas, estimando os respetivos juros e encargos devidamente provisionados.

A rubrica provisões inclui 1.200.000 euros constituídos no ano na entidade Serviços Municipalizados para fazer face à transferência de recursos humanos e bens, afetos ao Saneamento de Águas Residuais Urbanas, à Gestão dos Resíduos Urbanos, Limpeza Pública e Transporte de Passageiros, da entidade Município. Não vos disponibilizámos informação sobre a natureza e montante da provisão constituída.

Por outro lado, no âmbito da consolidação este montante deveria ter sido anulado por respeitar a eventuais transferências intra-grupo.

- Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.
- Cumprimos o disposto no Decreto Lei 18/2008 relativamente a todas as aquisições efetuadas no ano.

Efetuámos todos os procedimentos relativos à realização de despesa, nomeadamente a sua cabimentação e compromisso com exceção das faturas registadas em fornecedores receção e conferência, no montante de 2.773.346 euros.

Nazaré, 25 de Junho de 2015

O Presidente da Câmara,

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro (Dr.)

